



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CUMBE
SETOR DE LICITAÇÕES

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE
N° 01/2021

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE CUMBE, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da Portaria n° 06 de 04 de Janeiro de 2021, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação na possível contratação objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSÓRIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CUMBE – SERGIPE**, com valor mensal de **R\$2.080,00 (dois mil e oitenta reais)**, com Base Legal no Art.25, II c/c Inciso III do Art. 13 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CONSIDERANDO, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

CONSIDERANDO, preliminarmente, a importância da contratação dos aludidos serviços, face à necessidade precípua do Poder Público em manter a especialidade exigida não se pode olvidar da responsabilidade civil solidaria entre o profissional e a municipalidade, decorrente do ato imperito, exigido, por parte da administração publica maior cautela e zelo no desenvolvimento dos serviços administrativos.

CONSIDERANDO, que o Escritório de Advocacia se encaixa no conceito de notória especialização pelo Currículo apresentado;

CONSIDERANDO, que os serviços solicitados a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 13, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de assessoria ou consultorias técnicas, estão elencados naquele dispositivo legal. Frise-se ainda, por oportuno, que o inciso III, do Art. 13, da lei nº 8.666/93 se reporta a “assessoria ou consultorias técnicas.....” de forma bem abrangente.

CONSIDERANDO, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado.” (o destaque é nosso)”.

CONSIDERANDO, que o escritório **ALVES & MANDARINO ADVOCACIA** preenche os requisitos exigidos no parágrafo acima transcrito, conforme se depreende da vasta



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CUMBE
SETOR DE LICITAÇÕES

documentação que acompanha e instrui a presente justificativa, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós graduação ou estágios de aperfeiçoamento”.

CONSIDERANDO, que sobre o assunto foi editada a súmula 04/2012, em 17 de setembro de 2012 pelo CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, de relatório de JARDSON SARAIVA CRUZ, estando como Presidente OPHIR CAVALCANTE JUNIOR, assim ementada;

SÚMULA Nº 04/2012/COP

O CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos arts. 75, parágrafo único, e 86 do Regulamento Geral da Lei nº 8.906/94, considerando o julgamento da Proposição nº 49.0000.2012.003933-6/COP, decidiu, na sessão Ordinária realizada no dia 17 de Setembro de 2012, editar a Súmula Nº 04/2012/COP, com o seguinte enunciado: **“ADVOGADOS. CONTRATAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Atendidos os requisitos do Inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, é inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilidade objetiva de competição, sendo inaplicável à espécie o disposto no art. 89 (in totum) do referido diploma legal.” GN**

CONSIDERANDO, face os motivos acima elencados, que o escritório **ALVES & MANDARINO ADVOCACIA**, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, em se tratando de profissionais deste naipe, conforme pesquisa verbal de preços, realizada por esta Comissão junto a



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CUMBE
SETOR DE LICITAÇÕES

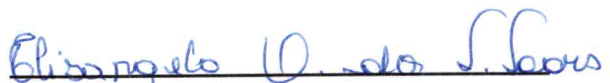
outros profissionais do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, tendo o escritório **ALVES & MANDARINO ADVOCACIA**, sempre obtido preço inferior ao praticado pelas outras empresas.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de CUMBE, pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexistência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 25, inciso II, em harmonia com o Art. 13, inciso III, todos do Diploma Legal alhures referenciado. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

CUMBE/SE, 04 de janeiro de 2021.


JOSÉ LENALDO SANTOS
 Presidente da C.P.L.


IOLANDO SANTANA SANTOS
 Secretário da C.P.L.


ELISÂNGELA OLIVEIRA DOS S. SOARES
 Membro da C.P.L.

RATIFICO esta JUSTIFICATIVA, publique-se e providencie-se o respectivo contrato.

CUMBE/SE, 04 de janeiro de 2021.


DEBORA DE OLIVEIRA SANTOS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL